

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 21/2017**

**CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE  
PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI**

**ANEXO 4.4  
BASE DE DADOS – PREÇOS E INFORMAÇÕES**

## SUMÁRIO

- ITEM 1. COEFICIENTES E PREÇOS DA PLANILHA DE CUSTOS SPTRANS –JANEIRO/2018.
- ITEM 2. PREÇO DO COMBUSTÍVEL. - ANP - PREÇO DO ÓLEO DIESEL S10.
- ITEM 3. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2017/1918 - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO.
- ITEM 4. DIREITOS A VIAGEM, COMERCIALIZADOS PELA ATUAL OPERADORA DOS SERVIÇOS, A SEREM SUPOSTADOS PELA CONCESSIONÁRIA.

SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS NA CIDADE DE SÃO PAULO						
QUANTO CUSTA O SISTEMA DE TRANSPORTE - DEPRECIAÇÃO TOTAL MENSAL						
TIPO DE VEÍCULO	FROTA	ÍNDICE MÉDIO ANUAL DE DEPRECIAÇÃO	PREÇO DO VEÍCULO (R\$)	PREÇO DE PNEUS (R\$)	PREÇO VEÍCULO SEM PNEUS <sup>(1)</sup> (R\$)	DEPRECIAÇÃO TOTAL (R\$/MÊS)
	[a]	[b]	[c]	[d]	[e = c -d]	[f = exbxa/12]
MIDIÔNIBUS	1.945	9,74%	327.758	6.450	321.308	5.072.436
BÁSICO	2.978	7,01%	332.816	6.450	326.366	5.673.873
MICRO-ÔNIBUS	0	0,00%	185.710	4.968	180.742	0
MINIÔNIBUS	3.278	9,01%	241.988	4.968	237.020	5.836.505
PADRON	642	2,57%	374.296	8.772	365.524	501.930
PADRON 15m	19	0,00%	580.424	11.696	568.728	0
PADRON ETANOL	0	0,00%	521.367	8.772	512.595	0
PADRON 15m ETANOL	10	6,55%	749.678	11.696	737.982	40.254
PADRON LE	2.621	7,60%	501.073	8.772	492.301	8.167.949
PADRON LE 15m	167	6,35%	564.607	11.696	552.911	488.572
TROLEBUS	201	8,76%	709.922	8.772	701.150	1.028.779
ARTICULADO	62	0,98%	788.774	14.620	774.154	39.060
ARTICULADO LE	1.153	4,74%	827.854	14.620	813.234	3.705.021
ARTICULADO 23m	1.186	12,76%	888.256	17.544	870.712	10.980.464
BIARTICULADO	195	4,80%	1.082.768	20.468	1.062.300	828.594
HÍBRIDO	0	0,00%	576.024	8.772	567.252	0
PLATAFORMA <sup>(2)</sup>	7.841	8,89%	13.000		13.000	755.483
AR CONDICIONADO <sup>(2)</sup>						
MINI E MIDIÔNIBUS	1.152	15,13%	40.000		40.000	581.127
BÁSICO E PADRON	1.002	14,48%	45.000		45.000	543.927
ARTICULADO E BIARTICULADO	703	13,96%	90.000		90.000	736.118
TOTAL	14.457		467.274		458.746	44.980.092
(1) Pneu não deprecia e está considerado em um item de custeio próprio						
(2) não adicionado na quantidade total de frota						
Fonte de preços de veículos: Notas Fiscais e valores históricos						



QUADRO 9.9 – Depreciação: Investimentos em Instalações e Equipamentos

**QUADRO 9.9**

**SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS NA CIDADE DE SÃO PAULO**

## QUANTO CUSTA O SISTEMA DE TRANSPORTE - DEPRECIÇÃO DO INVESTIMENTO EM INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	TOTAL
QUANTIDADE DE VEÍCULOS	5.223	6.638	2.596	14.457

DISCRIMINAÇÃO	METROS QUADRADOS POR VEÍCULO			PREÇO DO METRO QUADRADO - R\$ (1)	INVESTIMENTO POR VEÍCULO - R\$			INVESTIMENTO TOTAL (R\$)	VIDA ÚTIL - ANOS	DEPRECIÇÃO MENSAL TOTAL (R\$/mês)
	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE		PEQUENO	MÉDIO	GRANDE			
PÁTIO	60,3	71,4	109,1	262,00	15.799	18.707	28.584	280.896.409	30	780.268
OFICINA	21,5	25,3	30,5	823,00	17.695	20.822	25.102	295.797.640	30	821.660
PRÉDIO ADMINISTRATIVO	4,2	4,3	4,4	1.431,00	6.010	6.153	6.296	88.582.334	30	246.062
EQUIPAMENTOS					536	536	536	7.748.952	15	43.050
TOTAL								673.025.336		1.891.040

(1) valores atualizados para out/17 pelo índice PNI (IPCE SP Global)

2. PREÇO DO COMBUSTÍVEL. - ANP - PREÇO DO ÓLEO DIESEL S10

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP  
COORDENADORIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA  
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

Síntese dos Preços Praticados - SÃO PAULO  
Resumo II - Diesel S10 R\$/l  
Período: 2018 - Março

DADOS MUNICÍPIO										
MUNICÍPIO	Nº DE POSTOS PESQUISADOS	Preço ao Consumidor					Preço Distribuidora			
		PREÇO MÉDIO	DESVIO PADRÃO	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO	MARGEM MÉDIA	PREÇO MÉDIO	DESVIO PADRÃO	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO
ADAMANTINA	28	3.445	0.103	3.26	3.599	0.429	3.016	0.082	2,9	3.109
AMERICANA	59	3.329	0.075	3.199	3.399	0.387	2.942	0.092	2.79	3.168
AMPARO	32	3.384	0.09	3.199	3.499	0.416	2.967	0.058	2.885	3.074
ARACATUBA	86	3.443	0.101	3.239	3.699	0.404	3.039	0.088	2.898	3.198
ARARAQUARA	62	3.458	0.101	3.249	3.599	0.436	3.022	0.092	2.899	3.22
ARARAS	42	3.311	0.082	3.099	3.499	0.383	2.929	0.1	2.777	3.147
ASSIS	85	3.483	0.162	3.199	3.999	0.437	3.046	0.076	2.919	3.192
ATIBAIA	56	3.419	0.134	3.159	3.599	0.473	2.946	0.092	2.793	3.153
AVARE	36	3.538	0.112	3.219	3.799	0.538	3	0.09	2.877	3.129
BARRETOS	60	3.508	0.128	3.179	3.629	0.437	3.071	0.105	2.88	3.29
BARUERI	59	3.399	0.215	3.079	3.799	0.483	2.915	0.062	2.818	3.06
BAURU	72	3.361	0.108	3.129	3.599	0.357	3.004	0.087	2.847	3.16
BEBEDOURO	32	3.393	0.135	3.159	3.559	0.344	3.049	0.097	2.885	3.2
BIRIGUI	48	3.421	0.116	3.279	3.599	0.364	3.057	0.105	2.952	3.219
BOTUCATU	24	3.374	0.101	3.149	3.499	0.333	3.041	0.158	2.845	3.302
BRAGANÇA PAULISTA	30	3.449	0.067	3.359	3.599	0.438	3.011	0.063	2.864	3.127
CACAPAVA	28	3.391	0.145	3.199	3.589	0.481	2.91	0.031	2.877	2.962
CAMPINAS	114	3.385	0.123	3.159	3.699	0.391	2.994	0.078	2.82	3.305
CARAGUATATUBA	34	3.634	0.084	3.399	3.699	0.674	2.96	0.09	2.79	3.043
CARAPICUIBA	32	3.377	0.083	3.247	3.499	0.424	2.953	0.073	2.879	3.048
CATANDUVA	37	3.455	0.083	3.299	3.599	0.494	2.961	0.097	2.829	3.169
VOTUPORANGA	48	3.574	0.152	3.439	3.979	0.514	3.06	0.044	3.037	3.126

II.2 – Preço do Óleo Diesel

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP  
COORDENADORIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA  
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

Síntese dos Preços Praticados - SAO PAULO  
Resumo II - Diesel R\$/l  
Período: 2018 - Março

DADOS MUNICÍPIO												
MUNICÍPIO	Nº DE POSTOS PESQUISADOS	Preço ao Consumidor					Preço Distribuidora					
		PREÇO MÉDIO	DESVIO PADRÃO	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO	MARGEM MÉDIA	PREÇO MÉDIO	DESVIO PADRÃO	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO		
ADAMANTINA	20	3,268	0,161	3,08	3,499	0,372	2,896	0,056	2,822	2,98		
AMERICANA	17	3,121	0,099	2,999	3,329	0,34	2,782	0,061	2,7	2,88		
AMPARO	37	3,336	0,05	3,259	3,399	0,428	2,908	0,054	2,823	2,98		
ARACATUBA	57	3,323	0,107	3,159	3,699	0,384	2,939	0,068	2,847	3,063		
ARARAQUARA	53	3,323	0,127	3,189	3,599	0,389	2,934	0,099	2,82	3,126		
ARARAS	48	3,2	0,08	2,999	3,399	0,393	2,807	0,082	2,687	3,085		
ASSIS	61	3,398	0,119	3,19	3,649	0,393	3,005	0,069	2,847	3,157		
ATIBAIA	39	3,293	0,126	3,079	3,499	0,427	2,866	0,073	2,73	2,995		
AVARE	37	3,461	0,11	3,159	3,699	0,599	2,862	0,053	2,805	2,943		
BARRETOS	35	3,403	0,152	3,079	3,499	0,413	2,989	0,078	2,91	3,192		
BARUERI	41	3,257	0,16	3,049	3,699	0,403	2,854	0,123	2,74	3,102		
BAURU	59	3,22	0,11	3,029	3,499	0,294	2,926	0,112	2,776	3,13		
BEBEDOURO	16	3,343	0,122	3,099	3,499	0,376	2,967	0,1	2,849	3,13		
BIRIGUI	32	3,316	0,109	3,179	3,499	0,377	2,94	0,039	2,891	2,997		
BOTUCATU	19	3,268	0,072	3,099	3,399	0,245	3,023	0,019	3,006	3,04		
BRAGANÇA PAULISTA	27	3,273	0,097	3,139	3,399	0,379	2,894	0,081	2,772	3,036		
CACAPAVA	20	3,239	0,18	2,999	3,449	0,366	2,873	0,041	2,79	2,927		
CAMPINAS	100	3,29	0,098	3,097	3,499	0,365	2,925	0,063	2,78	3,034		
CARAGUATATUBA	29	3,529	0,086	3,299	3,599	0,629	2,9	0,103	2,7	3,003		
CARAPICUIBA	12	3,263	0,071	3,139	3,349	0,411	2,853	0,093	2,799	2,96		
CATANDUVA	20	3,242	0,08	3,099	3,399	0,374	2,868	0,052	2,831	2,98		
COSMOPOLIS	24	3,234	0,131	2,999	3,399	0,349	2,885	0,067	2,769	2,986		
VOTUPORANGA	49	3,48	0,145	3,349	3,879	0,52	2,96	0	2,96	2,96		

**3. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2018/2019 - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES  
RODOVIÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**“ACORDO COLETIVO DE TRABALHO”**

Nos termos do presente **Acordo Coletivo de Trabalho**, por mutuo e livre entendimento, a **Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de Lins**, com sede à Travessa Dom Mourão, 76, Vila Alta, na cidade Lins, Estado de São Paulo, CNPJ 54.722.129/0001-32, representado por seu Presidente José Carlos Pereira dos Santos, e a **Empresa Theodoro Transportes Ltda.**, Estabelecida à Rua Aurora nº 1.769, Bairro Vila Isabel Marin, CEP 16.204-040, na cidade de Birigui-SP, CNPJ 01.136.406/0003-20, representada por seu Diretor Sr. Alfredo Antonio Theodoro , CPF 201.572.398- 61 , e ficou acertado o que segue:

**01 - AUMENTO SALARIAL**

A partir de 1º de maio de 2018, os salários serão corrigidos com o percentual negociado de **1,69%** (um virgula, sessenta nove por cento).

**PARAGRAFO PRIMEIRO**

Fica garantido a data base em 1º. de maio de 2018.

**02 – SALÁRIOS NORMATIVOS**

As partes estabelecem, aplicando o índice acima a partir de 01 de maio de 2018, observados os pisos salariais para os Motoristas e Cobradores, executadores de serviços de transportes de passageiros urbano, interurbanos e os delegados ou contratados pela Prefeitura Municipal, conforme abaixo especificado:

<b>Motorista</b>	<b>R\$ 1.409,22</b>
<b>Motorista Fiscal</b>	<b>R\$ 1.559,15</b>
<b>Cobrador</b>	<b>R\$ 1.060,74</b>



**Demais Funções**

**R\$ 1.409,22**

#### **PARAGRAFO ÚNICO**

Os motoristas que trabalharem nas linhas urbanas cobrando passagem, receberão um prêmio equivalente a 3% (três por cento) sobre o valor por ele arrecado, sendo que sobre esta verba não haverá nenhuma incidência previdenciária e tributária, nos moldes do §2º, art. 457, da CLT.

#### **CLÁUSULA 02 – HORA EXTRA**

As horas extras até o limite de 02 (duas) diárias poderão ser compensadas nos termos do artigo 59 da CLT e da Lei 9.601 de 21/01/1998. Se não compensadas, serão pagas com os acréscimos previsto por lei. As horas extras excedentes as duas diárias quando prestadas em prorrogação à jornada normal de trabalho poderão ser compensadas, porém se não forem deverão ser pagas com acréscimo de 55% (cinquenta e cinco por cento) sobre o valor da hora normal a partir da assinatura, homologação e registro do presente acordo coletivo.

#### **CLÁUSULA 03 – ADMISSÃO A TÍTULO DE EXPERIÊNCIA E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

As bases salariais estabelecidas em decorrência deste acordo, serão observadas no que diz respeito ao piso salarial em relação aos empregados que venham a ser admitidos à título de experiência, cujo prazo não excederá 90 (noventa) dias, sendo permitida a contratação temporária prevista na lei 9.601- 98, observados seus termos, bem como a prorrogação dos contratos de experiência por prazo determinado, nas hipóteses legais.

#### **CLÁUSULA 04 – JORNADA DE TRABALHO**

A duração normal da jornada de trabalho para o Transporte Circular será de 07h20min diárias, 44h00min horas semanais e 220hs00min mensais para os turnos normais e os de ininterruptos de revezamento.

Fica autorizada a empresa desde logo a prorrogar e compensar a jornada de trabalho nos limites permitidos por lei de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

#### **CLÁUSULA 05 – ADIANTAMENTO SALARIAL**

Até o 20º (vigésimo) dia de cada mês a empresa fornecerá vale adiantamento de 40% (quarenta por cento) do salário nominal.

Fica facultado ao empregado optar pelo não recebimento do adiantamento tendo em vista programar o pagamento de suas dívidas junto com a recebimento de seus salários, sendo que ele deverá procurar o Departamento Pessoal da empresa e fazer o pedido da não concessão por escrito e assinar.

#### CLÁUSULA 06 – DESCONTOS SALARIAIS

Os descontos salariais, em caso de furto ou roubo somente poderão ocorrer no salário dos empregados em caso de comprovação de dolo, assegurado o direito de defesa do empregado.

#### CLÁUSULA 07 – PAGAMENTO SALARIAL

O pagamento salarial deverá ser feito até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao vencido, sob pena de multa prevista no presente acordo.

#### PARAGRAFO ÚNICO:

Se o dia estabelecido pela forma acima coincidir com os sábados, domingos ou feriados o pagamento deverá ser feito no primeiro dia útil subsequente a estes.

#### CLÁUSULA 09 – ADVERTÊNCIAS E SUSPENSÕES

Todas as advertências e suspensões disciplinares aos trabalhadores serão por escrito e discriminando os motivos aplicados.

#### CLÁUSULA 10 – CESTA BÁSICA

A empresa fornecerá 1 (uma) cesta básica mensalmente para todos os funcionários durante a vigência deste acordo, não constituindo base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário, contendo os seguintes produtos:

15 kg de arroz agulhinha tipo 1

4 kg de feijão carioquinha

04 latas de óleo de soja

05 kg de açúcar refinado

02 pcts de 500 grs de macarrão

01 kg de farinha de trigo

500 grs de café torrado e moído com selo ABIQ

01 lata de 320 grs de extrato de tomate

04 sabonetes

01 lata de 300 grs de goiabada

02 cremes dental de 90 grs

01 pct de 170 grs de bolacha de maisena

500 grs de fubá

#### PARAGRAFO PRIMEIRO

O benefício será concedido inclusive aos trabalhadores com que estiverem gozando as férias anuais ou em recebimento do benefício do auxílio doença acidentário (cód. 91), por um período de 03 (três) meses. Após o referido período, a continuidade na prestação do benefício dependerá de avaliação, das partes acordantes, caso a caso, tanto quanto as condições de saúde, como quanto as condições sociais. Em caso de aposentadoria por invalidez o benefício será cancelado de imediato.

#### PARAGRAFO SEGUNDO

Fica estabelecido que a cesta básica será entregue aos empregados até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao vencido.

#### PARAGRAFO TERCEIRO

O empregado que tiver 02 (duas) ou mais ausências, dentro do mês de aquisição ou sofrer pena disciplinar, perderá o direito a cesta básica.

#### CLÁUSULA 11 – DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA

Aos empregados demitidos por justa causa dar-se ciência da dispensa por escrito, com a indicação do dispositivo legal respectivo e informando a causa da dispensa.

#### CLÁUSULA 12 – DESCANSO SEMANAL

Será assegurado a todos os empregados um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual salvo por motivo de necessidade do serviço desenvolvido no ramo de Transporte Coletivo, poderá coincidir com o Domingo.

Fica estabelecido que caso a empresa necessite dos serviços aos domingos, será mensalmente organizada e divulgada uma escala de revezamento, com folga em outro dia, colocada em quadro sujeito a fiscalização, fornecida do primeiro dia útil do mês.

A folga de no mínimo 1 (uma) semanal poderá ser em dias fixos ou conforme escala de revezamento para Transporte Circular, ficando permitida a antecipação e prorrogação da mesma forma que existam no mínimo quatro folgas mensais.

#### PARAGRAFO ÚNICO

As escalas de revezamento e folgas devem ser divulgadas com antecedência.

#### CLÁUSULA 13– ATESTADOS MÉDICOS

O empregador receberá todos os atestados médicos e odontológicos, fornecidos por facultativo da entidade sindical ou SUS desde que entregue dentro de 48 (quarenta e oito) horas da consulta, os quais deverão ser avaliados pelo médico da empresa com carimbo do médico, especificando a doença (CID), **sob pena de indeferimento**. Atestado de acompanhamento familiar será aceito para abono de falta após análise da real necessidade de acompanhamento.

#### CLÁUSULA 14 – AVISO PRÉVIO

Nas demissões sem justa causa por parte do empregador, o aviso prévio será comunicado ao empregado, por escrito e contra recibo ou duas testemunhas, no caso de este se negue a assinar.

#### CLÁUSULA 15 – DEVOLUÇÃO DE UNIFORMES E CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO

No caso de quaisquer desligamentos tanto por parte do empregado quanto do empregador, fica o empregado obrigado a efetuar a devolução dos uniformes cedidos pela empresa e do crachá de identificação.

#### CLÁUSULA 16 – QUADRO DE AVISO

A empresa colocará a disposição da Entidade Sindical, quadro de avisos nos locais de trabalho, para fixação de comunicados oficiais de interesse da categoria profissional, desde que não contenham matéria político – partidária, ou ofensiva a quem quer que seja, devendo esses avisos ser enviados ao setor competente da empresa que se encarregará de afixá-los.

#### CLÁUSULA 17 – DESCONTOS

Desconto em Folha de Pagamento: A empresa poderá descontar mensalmente, os itens permitidos por Lei e mais: farmácias, passes, despesas com convênio de assistência médica e odontológica, convênio com supermercados, convênio com ótica, convênio com lojas de calçados e cesta básica desde que seja autorizado pelos funcionários.

#### **PARAGRAFO ÚNICO**

Nos casos de aplicação de multa de trânsito, se constatado infração cometido pelo motorista no decorrente de suas atividades, o empregado poderá solicitar apresentação de recurso na forma legal, cabendo a empresa aguardar a decisão final do recurso sendo que até o desfecho final não poderá efetuar quaisquer desconto.

#### **CLÁUSULA 18 – MENSALIDADE SINDICAL**

A empresa descontará mensalmente, os valores relativos a mensalidade sindical, dos trabalhadores associados, remetendo à entidade relação dos empregados que sofreram os descontos.

#### **CLÁUSULA 19 – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA**

As empresas descontarão a partir da assinatura do presente acordo coletivo de todos os seus funcionários, associados do sindicato, o percentual de 2,00% (dois por cento) ao mês, sobre o salário bruto de cada trabalhador, referente a contribuição confederativa aprovada e fixada na Assembleia Geral Extraordinária da categoria e deverá ser recolhida em guias próprias fornecidas pelo Sindicato profissional, cujo pagamento será efetuado no décimo dia do mês subsequente do desconto.

#### **PARAGRAFO PRIMEIRO:**

As empresas efetuarão os recolhimentos desses valores em favor do sindicato da categoria profissional até o décimo dia do mês subsequente. O recolhimento far-se-á através de guias apropriadas junto ao Banco que a entidade indicar. As empresas enviarão as entidades sindicais dos trabalhadores à relação nominal dos contribuintes, contendo nome, função e valor da contribuição.

#### **CLÁUSULA 20 - ADICIONAL NOTURNO**

As horas trabalhadas após 22:00 horas e até 05:00 horas, serão remuneradas com um adicional de 25% (vinte por cento) a título de adicional noturno, sobre o valor da hora diurna.

#### **PARAGRAFO PRIMEIRO:**

Para cálculo da hora do adicional noturno será considerado 60 minutos.

#### **CLAUSULA 21 - INTERVALO PARA REPOUSO E REFEIÇÃO**

No regime da dupla pegada de trabalho os funcionários de transporte Urbano, terão intervalo (para repouso e refeição) que poderá respeitar o limite máximo de quatro horas, tendo em vista a possibilidade facultada pelo artigo 71 da CLT. Nos intervalos que separam os períodos de trabalho, os funcionários serão liberados pela empresa e não permanecerão a sua disposição.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Especificamente para a Linha Sanatório (CAIS) fica permitido aos domingos a jornada de tripla pegada, igualmente respeitando intervalo de quatro horas entre cada turno de trabalho.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Caso haja necessidade de prestação de jornada extraordinária além da jornada legal de 07h20min para os motoristas de transporte coletivo a respectiva remuneração observará o acréscimo previsto na cláusula 02.

#### **CLÁUSULA 22 – BANCO DE HORAS**

As partes estabelecem o regime de compensação de horas onde o excesso de jornada de um dia de trabalho poderá ser compensado pela redução total ou parcial da jornada em outro dia através do Banco de Horas.

#### **PARAGRAFO PRIMEIRO**

Observada a necessidade de serviços, as jornadas de trabalho poderão sofrer acréscimo ou redução que serão compensadas em um outro dia com o acréscimo ou redução do horário de trabalho, devendo a compensação ocorrer no período de 06 (seis) meses a partir da efetiva hora lançada no banco de horas.

#### **PARAGRAFO SEGUNDO**

No caso de haver crédito de horas do empregado ao final de 06 (seis) meses, a empresa se obriga a quitar em espécie as horas trabalhadas; no caso de haver débitos de horas do empregado e não ocorrendo a compensação no prazo previsto, perderá a empresa o direito de exigi-las posteriormente do empregado

#### **PARAGRAFO TERCEIRO**

Os acréscimos ou redução da jornada de trabalho serão administrados através de sistema crédito/débito, contabilizando na banco de horas, individualmente, em nome de cada empregado, obedecendo as seguintes regras:

a)- As horas trabalhadas acima da jornada semanal, coletiva ou individual, serão acrescidas no banco de horas do empregado, sendo que o critério de compensação quanto ao efetivo número de horas realizadas será contabilizado da seguinte forma:

a.1-Caso a compensação ocorra até os seis primeiros meses a realização das horas suplementares, a proporção será de uma hora compensada para cada uma hora realizada;

a.2-Nas jornadas abaixo das horas semanais contratadas, a diferença entre as horas trabalhadas e a jornada efetiva será debitada no banco de horas do empregado para posterior reposição, que ocorrerá a critério da empresa, respeitando as condições fixadas neste acordo coletivo;

a.3-Nos casos de débitos do empregado, a reposição das horas armazenadas será feita proporção de uma hora por uma hora também;

a.4-As faltas injustificadas, não poderão ser contabilizadas no banco de horas e serão descontadas normalmente em folha de pagamento;

a.5-O saldo do banco de horas será gozado pelo empregado em folgas individuais ou coletivas conforme comum acordo com o empregador, sendo arbitrada pela empresa eventual crédito em horas devido do empregado estiver a menos que trinta dias do término do prazo previsto no parágrafo primeiro desta cláusula;

a.6-As horas armazenadas no banco de horas correspondente ao débito do empregado, poderá ser exigidas pelo empregador sempre que houver necessidade de acréscimo de horas normais, sem que isto implique em pagamento de horas extras, devendo a empresa sempre que possível comunicar o empregado a reposição vinte e quatro horas antes.

a.7-A ausência do empregado nas reposições ou convocações determinadas pela empresa será considerada falta para todos os fins e perderá acarretar ainda, aplicação de pena disciplinar ao empregado desidioso; e

a.8-Ao empregado que for dispensado pela empresa, sem justa causa, antes do zeramento das horas armazenadas, as receberá como extraordinárias acrescidas dos adicionais previsto neste acordo.

## CLÁUSULA 23 – JUIZO COMPETENTE

Será competente a justiça do trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação do presente acordo, a parte que infringir quaisquer cláusulas de obrigação de fazer, estará sujeita ao pagamento de 10% (dez por

cento) sobre o piso normativo, por cláusula, a título de multa, a favor do empregado prejudicado com a limitação do artigo 412 do código civil.

#### **CLÁUSULA 24 – ALOJAMENTO**

A empresa fornecerá alojamento aos funcionários residentes de outros municípios, sendo que este benefício não integra a renumeração e não haverá nenhuma incidência previdenciária e tributária sobre o mesmo.

#### **CLÁUSULA 26 – PR (PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS)**

A PR terá vigência igual a este acordo e será pago em duas parcelas da seguinte forma e para os seguintes empregados:

##### **a)-Motoristas:**

O valor total será de R\$ 161,00 (cento e sessenta e um real)

O pagamento será feito em duas parcelas sendo:

-1ª. Parcela no mês de Outubro/2018, valor de R\$ 80,00 (oitenta reais); e,

-2ª. Parcela no mês de Março/2019, valor de R\$ 81,00 (oitenta e um reais).

##### **b)-Cobreadores:**

O valor total será de R\$ 80,00 (oitenta reais)

O pagamento será feito em duas parcelas sendo:

-1ª. Parcela no mês de Outubro/2018, valor de R\$ 40,00 (quarenta reais); e,

-2ª. Parcela no mês de Março/2019, valor de R\$ 40,00 (quarenta reais).

Por se tratar de prêmio não habitual, tal importância não integra a base de cálculos para quaisquer fins previdenciários e ou tributários, pois tem natureza não salarial.

#### **CLÁUSULA 26 – VIGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho vigorará de 01 de maio de 2018 até 30 de abril de 2019. Sendo que em caso de condições mais vantajosas durante a vigência, ficam estas garantidas.



#### CLÁUSULA 27 – DEPÓSITO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Finalmente por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, que é digitado e se comprometem conjunta ou separadamente a contar da assinatura do mesmo, a efetuar o depósito na Gerência Regional do Trabalho/SP, para registro e arquivo, conforme determina o artigo 614 da C.L.T.. Da mesma forma, eventuais alterações, se processadas, serão levadas a registro e a arquivo, conforme artigo 615, da C.L.T..

#### CLÁUSULA 28 – APLICAÇÃO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho será aplicada com exclusividade nas bases territoriais das entidades sindicais, de ambas as representações, que o mesmo subscreve, desde que inorganizadas em sindicatos.

Assim, justos e contratados as partes nominadas no preâmbulo deste, assinam o presente Acordo Coletivo de Trabalho em 02(duas) vias e igual teor para que produzam todos os efeitos legais.

Lins, 10 de Novembro de 2018.

Theodoro Transportes Ltda. Alfredo

Antônio Theodoro - Diretor

**Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de Lins José Carlos**

**Pereira dos Santos - Presidente**

#### 4. DIREITOS DE VIAGEM COMERCIALIZADOS PELA ATUAL OPERADORA DOS SERVIÇOS A SEREM SUPOSTADOS PELA CONCESSIONÁRIA.

A atual prestadora dos serviços de transporte coletivo de passageiros no MUNICÍPIO comercializa instrumentos/documentos – passes, vales, vales-transportes, cartões não inteligentes e outros com funções assemelhadas – que asseguram direito de viagem no atual sistema de transporte coletivo de passageiros no MUNICÍPIO.

Nos termos, condições e limites estabelecidos no EDITAL e no CONTRATO, após o início da operação da CONCESSIONÁRIA, os antigos passes, vales, vales-transportes ou outros instrumentos com as mesmas funções, comercializados pela anterior operadora dos SERVIÇOS, embora não materializados em cartões inteligentes, permanecerão válidos por mais 90 (noventa dias) dias, apenas para sua troca por CRÉDITOS DE VIAGEM expedidos pela CONCESSIONÁRIA ou para resgate em dinheiro junto à anterior operadora das LINHAS. Os direitos de viagem materializados nesses documentos/instrumentos serão suportados pela CONCESSIONÁRIA, sem nenhum acréscimo ou complementação de tarifa, desde que sua validade não se tenha exaurido, pelo decurso do prazo previamente fixado para sua utilização ou por não terem sido oportunamente trocados por CRÉDITOS DE VIAGEM emitidos pela CONCESSIONÁRIA.

Ainda nos termos do EDITAL e do CONTRATO, o limite dessa responsabilidade pecuniária da CONCESSIONÁRIA, fica limitado a determinado valor, de modo a permitir aos agora interessados em licitar, oferecer a PROPOSTA, exequível e responsável, que melhor atenda ao interesse público e da Administração.

A fixação de valor-limite deve ser estabelecida à vista das seguintes informações agora disponibilizadas pela PREFEITURA:

- a) os créditos remanescentes em 30 de junho de 2018 correspondiam a R\$18.037,50;
- b) os créditos remanescentes em 31 de julho de 2018 correspondiam a R\$ 27.414,00;
- c) os créditos remanescentes em 31 de agosto de 2018 correspondiam a R\$ 20.854,50.

Nesse contexto, o valor-limite da responsabilidade da CONCORDATÁRIA é estimado em de R\$20.854,50.

- a) o último dia de junho de 2018 foi véspera de mês não letivo, a explicar o menor saldo registrado;
- b) o último dia de julho de 2018 foi véspera da volta às aulas, a explicar o maior saldo registrado;
- c) o último dia de agosto, além de apresentar valor entre os dois anteriores, foi registrado em mês letivo normal, com trinta e um dias (como ocorre na maioria dos meses) e quatro finais de semana como ocorre na maioria dos meses), sem feriados (muito menos prolongado).
- d) o mês seguinte a 31 de agosto foi mês letivo.

Nessas circunstâncias, a adoção desse limite se mostra inteiramente razoável.